



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

EDITAL

O Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Goiás, **Fausto Mendanha Gonzaga**, nos termos da Lei nº11.788/2008 c/c a Resolução nº208/2012 do Conselho da Justiça Federal, torna público que será realizada a **24ª SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO – JUSTIÇA FEDERAL – GOIANIA - GO** para formação de cadastros de reserva para fins de preenchimento de vagas de estágio junto a esta Seccional, em Goiânia, em conformidade com as instruções contidas neste Edital.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. Em razão da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, e ante às recomendações da OMS quanto ao distanciamento social ampliado para se evitar o contágio, esta Seleção, em caráter excepcional, compreenderá a verificação de Histórico Escolar (H.E), seguida da solicitação de atestado de saúde quando da convocação dos candidatos aprovados;
2. O processo seletivo será realizado sob a responsabilidade da Comissão de Coordenação, Supervisão e Apoio Permanente, designada pela Direção do Foro desta Seccional.
3. A seleção compreenderá da análise e verificação da pontuação obtida na média do Histórico Escolar.
4. Será realizada avaliação médica quando da convocação dos candidatos classificados.
5. O ato da inscrição implica a plena concordância do candidato com este Edital, sobre o qual não poderá alegar desconhecimento.
6. O processo seletivo tem por finalidade a formação de **cadastro de reserva de estagiário da área de Direito**. Os estagiários convocados exercerão suas atividades nesta Seccional (Goiânia).
7. Em conformidade ao disposto no §5º, art. 17, da Lei 11.788/2008 será reservado aos candidatos portadores de necessidades especiais que forem classificados o percentual de 10% (dez por cento) das vagas a serem oferecidas.
8. Em conformidade ao disposto no art. 1º, do Decreto 9.427/2018 será reservado aos candidatos negros que forem classificados o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas a serem oferecidas.
9. O processo seletivo será regido por este Edital e seus eventuais aditamentos, erratas, instruções, comunicados e convocações. A organização e condução do certame realizar-se-á sob a responsabilidade da Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos, localizada na sede da Justiça Federal da Seção Judiciária de Goiás, situada na Rua 19, nº 244, Centro, Goiânia-GO.

II. DAS INSCRIÇÕES E DOS PRAZOS DE APRESENTAÇÃO

1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita deste Edital.
2. Poderão inscrever-se, gratuitamente, estudantes do curso de Direito regularmente matriculados em instituições de ensino superior que tenham convênio com esta Seccional, em conformidade com o anexo I – Instituições Conveniadas e que estejam, no ato da inscrição, cursando do 5º, 6º, 7º, ou 8º período.

3. As inscrições serão realizadas pelo site da Justiça Federal/GO na internet, www.jfgo.jus.br, através das seguintes opções de menu: Concursos, Estágios, 24ª Seleção de Estudantes do Curso de Direito, Inscrição Eletrônica, das 00h00 de **29/09/2020** até às 23h59 de **08/10/2020**, devendo informar os dados solicitados, bem como anexar cópia do histórico escolar no momento da inscrição e marcar a quadrícula em que se responsabiliza pela veracidade das informações prestadas.
4. Após a finalização da inscrição eletrônica, o candidato poderá verificar se a mesma foi efetuada utilizando o link "Consulta de Inscrições Realizadas" (http://www.jfgo.jus.br/concursos/estagio/consulta_inscricoes/pesquisa.php), acessível pelo menu "Concursos", "Estágios".
5. Caso o candidato não conste da consulta disponibilizada na alínea 4 deste item, a inscrição eletrônica nesta seleção poderá ser tentada novamente dentro do prazo estabelecido na alínea 3 deste item.
6. Orienta-se que imprima, ou salve em arquivo apropriado, a tela "Finalização de Inscrição", ao final do processo, antes de sair do referido site.
7. A comprovação dos documentos referentes aos itens preenchidos na ficha de inscrição eletrônica ocorrerá a qualquer momento em que for solicitada pela Justiça Federal de Goiás. Em caso de falsidade nos dados informados, o candidato sofrerá as punições legais.
8. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na Ficha de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
9. É de exclusiva responsabilidade do candidato a veracidade dos dados informados na Ficha de Inscrição, eximindo-se a Seção Judiciária de Goiás de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas ou incompletas.
10. O candidato aprovado no certame, que tiver assinalado na ficha de inscrição eletrônica que está exercendo, ou que exerceu, trabalho voluntário (não remunerado) nesta Seccional de Goiânia ou Subseções Judiciárias, fará jus aos seguintes acréscimos: 0,5 (meio ponto) para o mínimo de 180 (cento e oitenta) horas trabalhadas; 1,0 (um ponto) para o mínimo de 280 (duzentas e oitenta) horas trabalhadas. A comprovação do tempo trabalhado ficará a cargo da Seccional, com base nas folhas de presença devidamente arquivadas nas pastas dos voluntários. Ambas as pontuações, não cumulativas, serão acrescidas na nota final obtida na média final e terá caráter meramente classificatório
11. O candidato PcD (Pessoa com Deficiência), deverá marcar na ficha de inscrição a quadrícula referente, para se beneficiar do número de vagas previsto subitem 5 do item III, deste Edital. Deverá, ainda, encaminhar o laudo médico anexado por e-mail para seder.go@trf1.jus.br em até 48 (quarenta e oito) horas do prazo final do período de inscrições (subitem 3, item II, deste Edital).
12. O laudo médico a que se refere o subitem 11, acima, deverá atestar o tipo de deficiência, a descrição detalhada da deficiência, a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID.
13. Na falta de não cumprimento dos prazos previstos nas subitens 3 e 11 deste item II, o candidato PcD (Pessoa com Deficiência) perderá o direito de concorrer às vagas destinadas neste Edital, mesmo que declarada tal condição na Ficha de Inscrição, e não poderá posteriormente solicitar seu enquadramento como tal ou interpor recurso invocando sua situação especial. Poderá concorrer, neste caso, à vaga na condição de ampla concorrência.
14. O candidato negro deverá marcar na ficha de inscrição a quadrícula referente, para se beneficiar do número de vagas previsto no subitem 7, do item III, deste Edital
15. A RELAÇÃO PROVISÓRIA PARA VERIFICAÇÃO DOS DADOS PREENCHIDOS NA FICHA DE INSCRIÇÃO, será divulgada no site da Justiça Federal (conforme subitem 3, deste item II) a

partir do dia **13/10/2020**.

16. O candidato inscrito que não figurar seu nome na relação provisória ou que tiver algum dado incorreto (como CPF, RG, Instituição de Ensino, Período do Curso, etc) deverá encaminhar informações para a correção por e-mail para seder.go@trf1.jus.br , no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da divulgação mencionada no subitem 15, acima. Somente serão aceitas alterações se forem encaminhadas através de e-mail que coincida com o mesmo mencionado na ficha de inscrição.
17. A não regularização prevista no subitem 14 deste item II, impedirá a participação do candidato no processo de seleção.
18. A **RELAÇÃO DEFINITIVA DOS INSCRITOS** será divulgada no site da Justiça Federal, citado no subitem 3, deste item II, a partir do dia **20/10/2020**.

III. DAS VAGAS E DAS LOTAÇÕES

1. Comporão o cadastro de reserva os candidatos classificados, em ordem decrescente de nota obtida na média final e em conformidade com o disposto no item III, deste Edital. O candidato não terá opção de escolha de lotação, para suprir a vaga, no momento da convocação, quer seja em secretaria de vara, gabinete ou núcleo administrativo.
2. Será facultada aos gabinetes a opção de solicitar à Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos até 03 (três) candidatos, em ordem rigorosa da listagem dos aprovados, para realização de entrevista técnica e aplicação de um (ou mais) instrumentos de avaliação, sendo que os candidatos não escolhidos retornarão à mesma ordem classificatória.
3. Requerimentos solicitando mudança de lotação dependerão da decisão favorável e unânime dos responsáveis pelas lotações de origem e da qual a lotação é pretendida. A data de liberação do requerente ficará condicionada à do ingresso do novo estagiário para a devida substituição.
4. Se houver incompatibilidade entre o horário escolar e o do estágio, o candidato convocado terá sua classificação preservada até o surgimento de vaga com horário de estágio compatível, observado o período de validade da seleção.
5. Será reservado aos candidatos PcD (Pessoa com Deficiência) o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de estágio que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade da seleção, em cumprimento ao disposto no art.17, §5º, da Lei nº 11.788/2008 e na Resolução do Conselho da Justiça Federal nº208/2012, observada a ordem de classificação para a convocação ao exercício de atividades que lhes sejam compatíveis. Consideram-se candidatos PcD (Pessoa com Deficiência) aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3298/99 e alterações do Decreto Federal nº 5.296/04.
6. Os candidatos referidos na subitem anterior, se aprovados no processo seletivo, terão sua condição avaliada pelo serviço médico da Justiça Federal da Seção Judiciária de Goiás, verificando se a deficiência e as atividades oferecidas para o estágio se enquadram na previsão da Resolução CJP nº 208/2012, 315/2014 e do Decreto n.º 3.298, de 20/12/1999.
7. Será reservado aos candidatos negros o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas de estágio que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade da seleção, em cumprimento ao disposto no art. 1º, do Decreto 9.427/2018, observados os critérios estabelecidos para as vagas reservadas e a contratação nos arts. 3º e 4º, bem como os quesitos de cor ou raça estabelecidos no art. 2º, sendo esses artigos mencionados pertencentes ao Decreto 9.427/2018.

IV. DA ANÁLISE DO HISTÓRICO ESCOLAR

1. A avaliação do histórico escolar será considerada para efeitos classificatórios.

2. A análise de histórico escolar obedecerá aos seguintes procedimentos: soma das médias obtidas nas disciplinas cursadas, independentemente de aprovação, dividindo-se esse total pelo número de disciplinas cursadas, incluindo aquelas em que houve reprovação.
3. A análise do histórico escolar será realizada pelos membros da Comissão de Apoio.

V. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da média final, que consistirá na média aritmética da nota obtida na média final, acrescida, se for o caso, da pontuação relativa ao Serviço Voluntário (conforme o disposto no item II, subitem 8).

1. Serão considerados aprovados os que obtiverem na média final do H.E. nota igual ou superior a 7,0 (sete).
2. Em caso de empate serão obedecidos, sucessivamente, os seguintes critérios: I – maior número de disciplinas cursadas com aprovação nos últimos três semestres; II – o estudante que tiver a maior idade.
3. A habilitação no processo de seleção de estagiários não gera direito à convocação, que se fará na conveniência da Seção Judiciária de Goiás, em estrita observância às necessidades do serviço e previsão orçamentária.
4. A classificação será efetuada por meio de uma lista geral, na qual serão indicados os candidatos PcD (Pessoa com Deficiência), para fins de obediência ao disposto no §5º, art. 17, da Lei 11.788/2008, e os candidatos negros, previstos no Decreto 9427/2018.

VI. DOS RECURSOS

1. Do resultado preliminar proclamado pela Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos após a divulgação na página da Seção Judiciária de Goiás (www.jfgo.jus.br), caberão pedidos de revisão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dirigidos ao Diretor do Foro, por meio do e-mail diref.go@trf1.jus.br.
2. Da decisão adotada em julgamento pelo Diretor do Foro não caberá interposição de outro recurso.

VII. DA CONVOCAÇÃO

1. No ato da convocação o candidato aprovado deverá estar matriculado até no máximo no 9º (nono) período do curso.
2. A classificação na seleção não gera direito à convocação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final e o prazo de validade da seleção, sendo comunicada por meio de e-mail e/ou telefone ao candidato.
3. Os meios de comunicação utilizados para a convocação dos aprovados serão e-mail e/ou telefones.
4. Será automaticamente eliminado deste processo seletivo o candidato que não manifestar interesse no prazo de dois dias úteis, concedido através dos mencionados meios de comunicação.
5. Remanejar-se-á para o final da lista de classificação o candidato que desistir da contratação no momento de sua convocação, desde que manifeste interesse em ir para o final da respectiva lista, por escrito e no prazo de 2 (dois) dias úteis após sua convocação.
6. É da responsabilidade do candidato atualização à cada ocorrência, após os dados registrados em sua ficha de inscrição, de alterações de dados cadastrais, principalmente em relação ao e-mail e/ou telefone. Somente serão aceitas as novas informações se realizadas através de e-mail que coincida com o mesmo mencionado na ficha de inscrição. Essas informações devem ser encaminhadas para o

e-mail: seder.go@trf1.jus.br .

7. Nenhum tipo de responsabilidade caberá à Seção Judiciária de Goiás, em caso de não localização do candidato, após esgotadas as tentativas de contato por telefone e/ou e-mail.

VIII. DA VALIDADE

A seleção terá validade de 05 (cinco) meses, a partir da data da publicação do resultado final, podendo ser prorrogável, automaticamente, por igual período, uma única vez, se for do interesse da Administração.

IX. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Os resultados serão publicados/divulgados exclusivamente na internet no seguinte endereço eletrônico: www.jfgo.jus.br , na opção de menu Concursos, Estágios, 24ª Seleção de Estudantes do Curso de Direito, na página da Seção Judiciária de Goiás.

X. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

1. A homologação do resultado classificatório final será feita pelo Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Goiás.

XI. OUTRAS DISPOSIÇÕES

1. O estágio terá duração de um ano, prorrogável por igual período à critério do órgão concedente.
2. O estágio somente manter-se-á caso o estagiário esteja devidamente matriculado na condição de estudante. A carga horária do estágio será de 20 (vinte) horas semanais.
3. A remuneração mensal, em vigor, do estágio é de R\$ 900,00 (novecentos reais), conforme disposição orçamentária, e auxílio-transporte de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por dia útil, nos termos definidos pelo Tribunal, além do seguro obrigatório previsto na Lei nº 11.788/2008.
4. O estágio não gera vínculo empregatício com a Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária do Estado de Goiás e será regido de acordo com as normas contidas nas Resoluções do Conselho da Justiça Federal - CJF nº 208/2012, 315/2014 e Lei 11.788, de 25/09/2008
5. O desligamento do estagiário ocorrerá:
 - automaticamente, ao término do prazo de duração do estágio;
 - de ofício, no interesse do órgão ou por comprovação de falta de aproveitamento satisfatório no estágio ou na instituição de ensino;
 - a pedido do interessado;
 - por descumprimento de obrigação assumida no termo de compromisso de estágio;
 - por falta ao estágio sem motivo justificado, por 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) intercalados, no período de 1 (um) mês;
 - por interrupção ou conclusão do curso na instituição de ensino;
 - por óbito;
 - por conduta incompatível com a exigida pela administração.

XII. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente edital será publicado no Diário da Justiça da Federal da 1ª Região – e-DJF1 e, juntamente com os demais atos pertinentes a esta seleção, poderão ser visualizados no site desta Seccional, a

saber: www.jfgo.jus.br , na opção de menu Concursos, Estágios, 24ª Seleção de Estudantes do Curso de Direito.

- Os casos omissos ou as dúvidas que eventualmente surgirem serão resolvidos pelo Diretor do Foro.



Documento assinado eletronicamente por **Fausto Mendanha Gonzaga, Diretor do Foro**, em 23/09/2020, às 19:29 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **11250248** e o código CRC **DF7E5878**.

Anexo I – Instituições Conveniadas

ALFA: Centro Universitário Alves Faria Ltda – Goiânia-GO
ARAGUAIA: Faculdade Araguaia – Goiânia-GO
CAMBURY: Faculdade Cambury - Goiânia-GO
DELTA: Faculdade Delta - Goiânia-GO
ESUP: Faculdade Esup – Goiânia-GO
FABEC: Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – Goiânia-GO
FACMAIS: Faculdade de Inhumas – Inhumas-Go
FANAP: Associação Educacional Nossa Senhora Aparecida - Aparecida-GO
FASAM: União Sul- Americana de Educação Ltda - Goiânia-GO
OBJETIVO: Associação Objetivo de Ensino Superior – Goiânia -GO
PADRÃO: Associação de Educação e Cultura de Goiás Ltda – Goiânia-GO
PUC-GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás- Goiânia-GO

UFG: Universidade Federal de Goiás - Goiânia-GO
UNI-ANHANGUERA: Centro Universitário de Goiás – Goiânia -GO
UNI-EVANGÉLICA: Faculdade Uni-evangélica – Anápolis-GO
UNIFAN: Faculdade Alfredo Nasser - Aparecida de Goiânia-GO
UNIP: Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo-Supero - Goiânia-GO
UNIVERSO: Universidade Salgado de Oliveira - Goiânia-GO

As Instituições de Ensino conveniadas, acima, apresentam vários cursos superiores.

Somente poderão se inscrever neste processo seletivo os candidatos matriculados no curso em conformidade com este Edital.

Rua 19, nº 244 - Bairro Setor Central - CEP 74030-090 - Goiânia - GO - www.trf1.jus.br/sjgo/

0008255-19.2020.4.01.8006

11250248v55